

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2025

Reunião da CNTI, RGCS, CFT e Instituto Conecta



A **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI**, a **Rede de Governança Climática de Sustentabilidade - RGCS**, o **Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT** e o **Instituto Conecta** reuniram-se com a finalidade de promover ações e parcerias em comum, cujo principal objetivo é garantir um ambiente natural e de trabalho, como promotor de saúde e com sustentabilidade ambiental.



Comitiva de Conselheiros do SENAI Nacional visita unidades do SENAI Ceará



Foram dois dias produtivos de visitas (18 e 19/02) às unidades do SENAI Ceará, em Fortaleza e Maracanaú. Os Conselheiros do Departamento Nacional do SENAI, representantes da classe trabalhadora, puderam acompanhar de perto o dia a dia dos laboratórios,

salas de aula, ambientes de pesquisa, inovação e capacitação profissional.

Na manhã da terça, 18, a comitiva foi recebida pelo Diretor Regional do SENAI Ceará e Superintendente do SESI Ceará, Paulo André Holanda, no Instituto de Tecnologia SENI SENAI Prof. Ariosto Holanda, em Maracanaú, onde conheceu os laboratórios, o Centro de Inovação e o Habitat de Inovação. À tarde, foi a vez de conhecer a unidade SENAI Parangaba, em Fortaleza, com sua estrutura voltada para a cadeia têxtil e de vestuário.

"Agradeço ao Presidente Ricardo Cavalcante pela grande contribuição que a FIEC tem proporcionado, por meio das casas SESI, SENAI e IEL, à indústria e à sociedade, com soluções em capacitação, inovação, Saúde e Segurança do Trabalhador - áreas em que somos referência, no Ceará", disse Holanda. "Agradeço também ao Diretor Geral do SENAI Nacional, Gustavo Leal, por proporcionar essa imersão dos conselheiros em nosso estado, pois estamos recebendo essa equipe do Conselho Nacional do SENAI e representantes da CNI, com os quais tivemos momentos importantes de troca mútua de conhecimentos que apontam para o desenvolvimento do nosso país e, também, sobre as diversas possibilidades para seguirmos contribuindo para a qualificação profissional da classe trabalhadora.", concluiu.



A comitiva era composta pelos Conselheiros: Osvaldo Olávio Mafra, Presidente da Força Sindical de Santa Catarina e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Itajaí; José Pereira dos Santos Fernandes, Tesoureiro Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região e Secretário Parlamentar da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos; Paulo Chitolina, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas (RS); José Roberto Nogueira da Silva, Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SP); **Nelson Luiz Bonardi, Diretor Jurídico da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST e Secretário Geral da CNTI**; e Pedro Pereira de Sousa, Secretário Nacional dos Trabalhadores no

**Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2025**

Setor da Indústria de Alimentação - União Geral dos Trabalhadores - UGT.

Matéria completa: <https://www1.sfipec.org.br/fiec-noticias/search/165045/comitiva-de-conselheiros-do-senai-nacional-visita-unidades-do-senai-ceara>

Fonte: FIEC

Mais de 80% das negociações, em janeiro, garantiram aumento real

O boletim 'De Olho nas Negociações' revela que mais de 80% das negociações têm ganhos reais. Confira os números!



Em janeiro, mais de 80% das negociações obtiveram aumento real. É o que aponta o boletim "De Olho nas Negociações" do Dieese.

De acordo com o levantamento, 88,2% dos 372 reajustes salariais analisados pelo DIEESE alcançaram ganhos acima da inflação, na comparação com a variação do INPC.

É a segunda melhor marca em 12 meses, atrás apenas do registrado em maio de 2024. Outros 6,7% dos reajustes ficaram iguais à inflação e apenas 5,1%, abaixo dela.

O levantamento do Dieese ressalta ainda que o principal fator responsável para o aumento do percentual de reajustes acima da inflação e para o incremento da variação real média em janeiro foi a valorização do salário mínimo (SM), ocorrida no mesmo mês, que resultou em ganho de 2,61% acima da variação do INPC.

"Muitas categorias com data-base em janeiro costumam pagar salários com valores próximos do piso nacional e, por isso, fortemente influenciados pela valorização do salário mínimo", explica o documento.

[Confira Aqui a íntegra do Informativo DIEESE boletim negociação 53](#)

Fonte: Rádio Peão Brasil

Após denúncia da PGR contra golpistas, PL da Anistia perde força no Congresso

É que a acusação apresenta uma relação clara entre as ações da organização criminosa com o ato golpista do 8 de janeiro, quando houve invasão e depredação dos prédios da Praça dos Três Poderes



Rovena Rosa/Agência Brasil

Um dia depois da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Jair Bolsonaro e mais 33 acusados pela tentativa de golpe de Estado, o projeto de lei da anistia para os condenados no ato do 8 de janeiro perdeu força no Congresso.

É que a denúncia da PGR apresenta uma relação clara entre as ações da organização criminosa com os atos golpista que resultaram na invasão e depredação dos prédios da Praça dos Três Poderes.

"Os denunciados programaram essa ação social violenta com o objetivo de forçar a intervenção das Forças Armadas e justificar um Estado de Exceção. A ação planejada resultou na destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, incluindo bens tombados", diz um trecho da denúncia.

O documento aponta ainda que a última esperança da organização estava na manifestação de 8 de janeiro. "Os seus membros trocavam mensagens, apontando que ainda aguardavam uma boa notícia. A organização incentivou a mobilização do grupo de pessoas em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, que pedia a intervenção militar na política", diz a PGR.

Portanto, foi por água abaixo o discurso dos bolsonaristas e reforçado pelo próprio Bolsonaro, em visita ao Senado no mesmo dia da denúncia, de que se tratava apenas da ação de vândalos que depredaram os prédios públicos.

"As investigações confirmam o que sempre

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2025

denunciamos: havia um plano golpista antes mesmo da derrota nas urnas. A PGR encontrou um vídeo na cúpula da Polícia Militar do DF que comprova a articulação criminosa para ferir a democracia e impedir a posse do presidente Lula. Não adianta articulações, vai ser sem anistia para golpistas”, afirma a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

“A PGR escancara: havia um plano, uma estratégia e articulação dentro das forças de segurança. Golpismo não é amadorismo, é crime e precisa ser punido com todo o rigor da lei!”, cobra a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Após a denúncia da PGR, a deputada Daiana Santos (PCdoB-RS) declarou que agora já não cabe mais a pergunta se houve uma conspiração golpista, mas sim “quem ainda se presta ao papel de fingir que não viu”? “A verdade está vindo à tona, e a justiça vai bater na porta da casa de Bolsonaro! Que responda por cada crime cometido contra a democracia brasileira! Bolsonaro na cadeia!”

“É evidente que houve uma orquestração golpista. Mais provas, só se a quartelada tivesse se consumado. Mas aí jamais saberíamos, pois não haveria mais democracia e nem instituições. Só não vê quem não quer”, disse o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

“Fizeram de tudo pra ganhar a eleição, espalharam mentiras e ainda assim perderam. Tramaram dia e noite o fim da democracia, colocaram os seus interesses acima da vontade popular, depredaram o nosso patrimônio e alma do nosso país. Eles precisam pagar pelos seus crimes”, afirma o senador Humberto Costa (PT-PE).

O líder do PT no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), diz que as provas apontam para um esquema que envolvia diferentes núcleos operacionais, incluindo o planejamento da morte de lideranças políticas e a articulação do ataque de 8 de janeiro.

“Se considerarmos que eles chegaram a planejar a morte do presidente, do vice-presidente e do presidente do TSE, além da organização de núcleos para fuga e para a execução do ataque de 8 de janeiro, fica claro que estamos lidando com uma organização criminosa”, avalia.

“Mais do que isso, há a tentativa de promover um golpe de Estado”, acrescenta.

Com informações das lideranças do PCdoB e do PT no Senado

Fonte: Portal Vermelho

Saúde mental no trabalho: empresas devem avaliar riscos psicossociais

Riscos como estresse, assédio moral, carga mental excessiva e conflitos interpessoais deverão ser identificados e gerenciados pelas empresas, a partir de maio de 2025.



A determinação é do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), por meio da atualização da [NR-1 \(Norma Regulamentadora\) 1](#).

A avaliação psicossocial é obrigatória e precisa ser incluída nos processos de gestão de SST (Segurança e Saúde no Trabalho), que visa proteger a saúde mental dos trabalhadores.

A nova redação da norma abrange desde a identificação e avaliação até o controle de riscos ocupacionais pela empresa.

Prevenção e tratamento

Conforme esclarecimentos do MTE, riscos psicossociais estão relacionados à organização do trabalho e às interações no ambiente laboral, incluindo fatores como jornadas extensas, metas abusivas, falta de autonomia e assédio moral, que podem levar a problemas como ansiedade, depressão e outros transtornos mentais.

Pela atualização da NR-1, se esclarece que estes riscos devem ser tratados com a mesma seriedade que os riscos físicos e ambientais, e exige-se que os empregadores elaborem e implementem planos de ação para prevenção e correção.

Denúncias

O Ministério do Trabalho orienta que, em caso de não cumprimento da norma, é preciso denunciar a empresa para que haja fiscalização.

Os setores com alta incidência de adoecimento mental, como teleatendimento, bancos e área da saúde também serão inspecionados.



Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2025

A nova regra não obriga a contratação de psicólogos ou especialistas pelas empresas, mas permite que a instituição recorra às consultorias externas para auxiliar no diagnóstico e gestão dos riscos psicossociais.

Avanço nas relações de trabalho

Trata-se de importante avanço nas relações de trabalho, ao incentivar ambientes de trabalho saudáveis e o cuidado da saúde mental, além de contribuir para a redução de afastamentos de trabalhadores.

Segundo o MTE, a mudança busca alinhar o Brasil às práticas internacionais e promover ambientes mais seguros e saudáveis em todo o País.

Entenda a nova NR-1

A nova NR-1, publicada em agosto de 2024, inclui a identificação e gestão de riscos psicossociais no ambiente de trabalho. A norma entrará em vigor em maio de 2025.

O que muda na NR-1? A NR-1 passa a incluir os riscos psicossociais no GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). As empresas devem identificar e gerenciar riscos como assédio moral e sexual.

As empresas devem incluir parâmetros psicossociais em seus relatórios de gerenciamento de riscos.

Objetivo da nova NR-1

Promover ambiente de trabalho saudável e livre de violência, prevenir o adoecimento mental, gerenciar a sobrecarga de trabalho. Desacelerar o aumento de adoecimento mental e garantir o bem-estar e dignidade dos trabalhadores.

Como as empresas podem se adaptar?

Revisar as práticas de gestão de pessoas, flexibilizar a jornada de trabalho, incentivar pausas para descanso, fortalecer a comunicação interna sobre saúde mental.

Legislação relacionada

A [Lei 14.831/24](#) criou o CEPISM (Certificado de Empresa Promotora de Saúde Mental).

Fonte: Diap

Contribuição Assistencial
É legal, mesmo para não sindicalizados, em que pese ser assegurado o direito de oposição.

A contribuição assistencial é instituída por meio de:
Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho,
Negociação prévia entre os empregados e o sindicato,
autorizada pelo trabalhador, descontada na
folha de pagamento e repassada para o sindicato.

CLT - Artigo 513, alínea "e"

FILIE-SE AO SEU SINDICATO!

Você sabia?

Que **TODOS** os trabalhadores recebem os benefícios da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho? Será justo só o associado pagar pelas conquistas?

FILIE-SE AO SEU SINDICATO!